



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

CONCURSO

Criação de imagem gráfica do Ministério Público

[Regulamento]

1. Introdução

O Ministério Público português, órgão constitucional do Estado, é autónomo do poder legislativo e do poder executivo; sendo um órgão do poder judicial é, no entanto, independente da magistratura judicial; tem regras de organização e estatuto próprios e é conformato por três grandes princípios: Responsabilidade, Hierarquia e Estabilidade.

O Ministério Público é uma magistratura de iniciativa.

Compete-lhe representar o Estado e defender os interesses que a lei determinar, designadamente das crianças e jovens, dos incapazes e dos trabalhadores, participar na execução da política criminal, exercer a ação penal e defender a legalidade democrática nos termos da Constituição, do Estatuto e da lei.

Como magistratura de iniciativa desenvolve a sua atividade no interesse da comunidade, sujeito a critérios e a princípios de legalidade, de objetividade, de igualdade e de justiça.

2. Objetivo

O presente concurso visa a criação de uma imagem gráfica para o Ministério Público (MP), que constitua o símbolo representativo deste órgão fundamental do Estado de Direito e seja suscetível de utilização em diversos contextos, suportes e dimensões, designadamente, no Portal *web* do MP e em outros *sites* departamentais ou temáticos do MP, no Sistema de Informação do MP (SIMP) e em outros sistemas e aplicações

informáticas do MP, em documentos oficiais, ofícios, envelopes, formulários, cartões de visita, publicações, materiais de divulgação, produtos multimédia e outros.

3. Entidade promotora

O concurso é promovido pela Procuradoria-Geral da República (PGR), na sua qualidade de órgão máximo de direção do MP.

4. Concorrentes

- a) O concurso é aberto a todos os cidadãos de nacionalidade portuguesa ou com residência em Portugal que nisso se mostrarem interessados.
- b) A participação no concurso é restrita a pessoas singulares, podendo estas concorrer a título individual ou associadas em grupo.
- c) Os concorrentes poderão apresentar, no máximo, três propostas diferentes.

5. Características da imagem gráfica

Pretende-se que a imagem seja graficamente expressiva e distintiva da natureza e identidade próprias do MP, tendo em atenção as funções que lhe estão constitucionalmente atribuídas, com uma semântica de justiça, autonomia, serviço ao cidadão, iniciativa, dinamismo e modernidade.

- a) A imagem deve integrar, num todo harmonioso:
 - um componente gráfico (desenho/imagem);
 - um componente de texto com as palavras “Ministério Público” e “Portugal”, associadas de modo a constituírem uma unidade lógica, sem a partícula de ligação “de”;
 - um componente de texto, distinto e em menor destaque do que o anterior, com a divisa “Em defesa da legalidade democrática”.

O conjunto dos elementos gráficos deverá permitir a sua fácil associação, por justaposição na mesma linha ou em linhas distintas, com as designações dos portais, sistemas ou unidades orgânicas em que irá ser utilizado.

A título de exemplo, mencionam-se os seguintes contextos de utilização:

Imagem gráfica + Sistema de Informação do Ministério Público

Imagem gráfica + Procuradoria-Geral da República

Imagem gráfica + Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

Imagem gráfica + DCIAP – Departamento Central de Investigação e Ação Penal

b) O símbolo ou imagem apresentado não deverá conter o nome ou assinatura do(s) concorrente(s) ou qualquer elemento que permita a identificação do autor.

6. Conteúdo das propostas

Os trabalhos apresentados a concurso deverão ser constituídos pelos seguintes elementos, no formato A4:

- a)** O símbolo ou imagem a cores, apresentado em dois tamanhos, um com dimensões máximas de 100mm x 100mm, e outro com uma aplicação reduzida de dimensões mínimas de 20mm x 20mm, ambos em suporte digital, nos formatos JPEG e vetorial;
- b)** O símbolo ou imagem na versão preto e branco, apresentado em dois tamanhos, um com dimensões máximas de 100mm x 100mm, e outro com uma aplicação reduzida de dimensões mínimas de 20mm x 20mm, ambos em suporte digital, nos formatos JPEG e vetorial;
- c)** Memória descritiva do trabalho, constituída por um texto no formato *pdf* com um máximo de 1000 carateres, com espaço de 1,5, que explicita a composição e características da imagem gráfica, cores (CMYK e RGB), elementos visuais e tipos de letras utilizadas, e todos os aspetos considerados relevantes para melhor avaliação da proposta.
- d)** O concorrente poderá apresentar outras peças de caráter visual que considere relevantes, até ao máximo de 3.

7. Apresentação das propostas

a) As propostas deverão ser enviadas entre o dia 23 de maio e as 24h do dia 10 de julho, por correio eletrónico, para o seguinte endereço: logotipomp@pgr.pt.

b) O *e-mail* enviado com as propostas deverá conter:

- no campo “Assunto”, apenas a expressão “Concurso para a imagem visual do MP”;
- no corpo da mensagem, o nome completo do(s) concorrente(s), o número do BI ou do CC, e um número de telefone para qualquer contacto no âmbito do presente concurso; no caso de candidatura em grupo, deverá ser indicado o nome do respetivo representante;
- em anexo, os ficheiros com os elementos visuais e a memória descritiva, documentos que não deverão conter o nome ou assinatura do(s) concorrente(s) ou qualquer elemento, marca ou sinal que permita a identificação do autor.

c) Além dos elementos referidos na alínea anterior, a proposta deverá ainda incluir uma declaração, assinada pelo autor do projeto (que pode ser digitalizada), nos seguintes termos:

“..... (nome), portador(a) do BI /cartão de cidadão nº ..., e do NIF nº....., com morada em declara, de acordo com o Código do Direito de Autor e Direitos Conexos, em especial o disposto nos artigos 67º e 68º, que cede à PGR, a título exclusivo e definitivo, a propriedade, da sua obra (imagem gráfica), se esta for declarada vencedora, podendo a PGR passar a fruí-la, usá-la e dispor da mesma, numa das versões previstas e nunca transformada e/ou amputada no todo ou em parte, para os fins que julgar convenientes, em Portugal ou no estrangeiro.

Declara ainda que permite a sua divulgação, reprodução ou exploração, por qualquer meio, por parte da PGR e restantes departamentos e organismos do MP ou de terceiros a quem a PGR permita as referidas divulgação, reprodução ou exploração.

Do mesmo modo, compromete-se a praticar todos os atos e a assinar todos os documentos, incluindo notariais, que eventualmente sejam necessários para assegurar que a PGR e restantes departamentos e organismos do MP, nos termos dos artigos 67.º e 68.º

do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, tenham o direito exclusivo de utilizar e fruir a referida obra (imagem gráfica).”

8. Avaliação das propostas

- a) As propostas recebidas serão avaliadas por um júri constituído por cinco elementos: a Procuradora-Geral de República, Conselheira Joana Marques Vidal, que presidirá exercendo o seu direito de voto no caso de empate entre os restantes elementos do júri, o Conselheiro José Adriano Machado Souto de Moura, o Procurador-Geral Adjunto José Manuel de Moraes dos Santos Pais, os designers José Brandão e Henrique Cayatte.
- b) As propostas serão abertas e numeradas por uma comissão de abertura de propostas independente do júri, atribuindo-se um código a cada concorrente, após o que serão apresentadas ao júri, sem qualquer elemento que permita a identificação dos seus autores.
- c) A identificação dos concorrentes só será feita no final de todo o processo, e deverá constar de uma acta a elaborar e a assinar pelo júri, a qual será disponibilizada a todos os concorrentes por *e.mail*.
- d) Compete ao júri decidir:
- a exclusão das propostas que não estejam em conformidade com os requisitos previstos neste regulamento, e
 - a seleção, sem qualquer graduação, das três melhores propostas.
- e) Na seleção das três propostas finalistas, o júri terá em consideração, entre outros que julgar adequados, os seguintes critérios:
- criatividade e qualidade estética;
 - adequação às características do Ministério Público, sintetizadas no ponto 1. “Introdução” deste documento;
 - consonância com as características gerais da imagem acima descritas;
 - boa visibilidade e legibilidade em qualquer ambiente, designadamente em ambientes digitais;
 - boa capacidade de reprodução gráfica;
 - facilidade na redução/ampliação de formatos.

- f) Não serão selecionados quaisquer dos trabalhos apresentados se o júri considerar que nenhum deles preenche os necessários requisitos de qualidade ou de usabilidade.
- g) O júri pode, por razões idênticas, limitar a duas ou a uma o número de propostas finalistas. No caso de ser selecionada apenas uma proposta finalista, será esta declarada vencedora, sem necessidade de submissão ao sufrágio da comunidade do MP.
- h) As propostas finalistas, num máximo de três, serão submetidas à votação de todos os magistrados, oficiais de justiça e demais elementos do MP, através do Sistema de Informação do MP (SIMP).
- i) As propostas serão classificadas em 1º, 2º e 3º lugares de acordo com o número de votos que obtiverem, sendo classificada em 1º lugar a que obtiver maior número de votos.
- j) A proposta vencedora será objeto de registo no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, I.P.). No caso de o registo não ser possível por inadmissibilidade legal, a PGR reserva-se o direito de escolher uma nova proposta, respeitando a ordenação resultante da votação incidente sobre as propostas finalistas ou, no caso de ter sido selecionada apenas uma proposta finalista, escolhendo livremente qualquer outra das apresentadas.
- l) Das decisões do júri não haverá recurso nem reclamação.

9. Publicação dos resultados

Os resultados do concurso serão publicados no SIMP (Sistema de Informação do Ministério Público) e no Portal do Ministério Público <http://www.ministeriopublico.pt> até ao dia 30 de setembro, e os autores das propostas finalistas e da proposta vencedora serão informados por correio eletrónico.

10. Prémios

- a) Ao projeto vencedor, classificado em primeiro lugar, será atribuído um prémio de € 1000, a que acrescerá o valor relativo ao imposto devido.
- b) Aos projetos classificados em 2º e 3º lugar serão atribuídas Menções Honrosas, assinaladas através da entrega de prémios não monetários.

- c) Aos autores das propostas finalistas e ao concorrente vencedor serão atribuídos os diplomas correspondentes.
- d) A entrega dos diplomas e dos prémios tem lugar em cerimónia pública a realizar na Procuradoria-Geral da República, em data a anunciar.
- e) A Procuradoria-Geral da República reserva-se o direito de, em qualquer momento, desistir do concurso e de, conseqüentemente, decidir pela não atribuição do Prémio ou das Menções Honrosas, o que será anunciado no SIMP (Sistema de Informação do Ministério Público) e no Portal do Ministério Público <http://www.ministeriopublico.pt>.

11. Direitos de autor

- a) A PGR adquire, a título exclusivo e definitivo, a propriedade da obra que for declarada vencedora, podendo fruí-la, usá-la e dispor dela para os fins que julgar convenientes, em Portugal ou no estrangeiro, sem prejuízo dos direitos morais que, nos termos da lei, permanecem obrigatoriamente na titularidade dos seus autores.
- b) Os autores da imagem gráfica vencedora ficam obrigados a:
 - permitir a sua divulgação, reprodução ou exploração, por qualquer meio, por parte da PGR e restantes departamentos e organismos do MP ou de terceiros a quem a PGR permita as referidas divulgação, reprodução ou exploração;
 - praticar todos os atos e assinar todos os documentos, incluindo notariais, que eventualmente sejam necessários para assegurar que a PGR e restantes departamentos e organismos do MP, nos termos dos artigos 67.º e 68.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, tenham o direito exclusivo de utilizar e fruir o referido logótipo;
 - estar disponível para efetuar e/ou permitir que sejam efetuadas as adaptações e conseqüentes alterações que a PGR venha a entender como necessárias ou convenientes, bem como adaptar a imagem gráfica a diferentes materiais.
- c) A PGR não adquire qualquer direito sobre as obras não vencedoras, mas manterá as mesmas em arquivo, juntas ao processo de concurso.

d) Os concorrentes são responsáveis pela originalidade dos trabalhos apresentados, garantindo a sua autoria e assumindo toda a responsabilidade decorrente de reclamações de terceiros no que diz respeito a direitos de autor e direitos conexos, devendo assinar uma declaração do seguinte teor (que pode ser digitalizada):

“(nome), portador(a) do BI /cartão de cidadão nº ..., e do NIF nº...., com morada em declaro por minha honra que a memória descritiva e respetivo desenho técnico anexos à presente candidatura ao concurso para a criação de imagem gráfica do Ministério Público, lançado pela Procuradoria-Geral da República, constituem uma obra original e correspondem a um trabalho resultante da minha criatividade artística e de ideias inéditas da minha autoria. Declaro ainda que estou ciente de que a utilização de elementos e de ideias alheias constitui grave falta ética e conduta ilícita, e que assumo toda a responsabilidade decorrente de reclamações de terceiros quanto a direitos de autor e direitos conexos.”

12. Disposições finais

Os casos omissos serão decididos pelo júri, segundo razões de índole técnica e equidade, disso dando conhecimento aos concorrentes.

13- Informações

- a) Todas as informações sobre o concurso estarão disponíveis em <http://www.ministeriopublico.pt>.
- b) Os pedidos de esclarecimento devem ser dirigidos por escrito para o correio eletrónico esclarecimentoslogotipomp@pgr.pt, entre o dia 9 de abril e o dia 8 de maio.
- c) Os pedidos de esclarecimento serão respondidos ao concorrente que os formulou e divulgados no Portal do Ministério Público em <http://www.ministeriopublico.pt> até 22 de maio, sem identificação dos concorrentes que os formularam.

CONCURSO

Criação de imagem gráfica do Ministério Público

[CALENDÁRIO]

Anúncio do Concurso e Publicação do Regulamento	Até 8 de abril
Pedidos de Esclarecimento	Até 8 de maio
Respostas aos pedidos de Esclarecimentos	Até 22 de maio
Entrega de propostas	De 23 de maio a 10 de julho
Avaliação e selecção das propostas	Até 31 de julho
Submissão a votação das propostas finalistas no caso de haver mais do que uma	Até 20 de setembro
Publicação dos resultados e informação aos concorrentes	Até 30 de setembro
Disponibilização da ata e entrega dos prémios	Até 15 de outubro